PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2013

DIVULGA A DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DA PROVA ESCRITA OBJETIVA E DIVULGA O GABARITO OFICIAL
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2013

O Prefeito Municipal de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão para Acompanhamento de Concurso Público e Processo Seletivo, nomeada pela Portaria n.° 2947/2013, juntamente com o Instituto o Barriga Verde, tornam público o seguinte:

1. As decisões referentes aos recursos apresentados contra o gabarito preliminar e questões da prova escrita objetiva, seguem abaixo:

CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO
QUESTÕES COMUNS A TODOS OS CARGOS

Disciplina	Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
Língua Portuguesa	**02**	0284-1354-1282-0284-0712-1282-1181	Que a resposta correta é a Letra "C" e não "A" como divulgado no Gabarito Preliminar	**DEFERIDO** Aos candidatos assiste razão, altera-se o Gabarito para Letra "C" **ALTERADO PARA LETRA "C"**
Língua Portuguesa	**05**	0284	Anulação Há mais de uma alternativa a ser assinalada	**INDEFERIDO** A questão refere-se à interpretação da frase. A qual a única alternativa a ser assinalada é a de D) Ficar satisfeito com alguma coisa, agradecer a Deus por algum benefício. **QUESTÃO MANTIDA.**
Matemática	**06**	1181-0284	Anulação. Não há resposta para o enunciado da questão.	**INDEFERIDO** a pergunta final é quanto de açúcar Maria comprou, se ela comprou 200 gramas, e voltou e comprou o que faltava para as receitas que era 1300 gramas. Então ela comprou 1.500 gramas (1 quilo e meio = 200 + 1300) **QUESTÃO MANTIDA**
Conhecimentos Gerais	**15**	0712	Anulação. Que a questão estaria mal formulada e que a resposta apontada como correta no gabarito preliminar não seria a correta	**INDEFERIDO** À candidata não assiste razão, senão vejamos: De acordo com pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal: O comércio continua sendo o setor mais expressivo em Navegantes, representando 65,21 % do número de empresas ativas em Navegantes em 2010. (Fonte: Navegantes em Números. Aspectos: Populacionais, Sociais e Econômicos. Núcleo de Desenvolvimento Socioeconômico - Sinergia Sistema de Ensino Ltda. – 2011.) Portanto, a questão está correta. **QUESTÃO MANTIDA**

CARGOS DE ENSINO MÉDIO
QUESTÕES COMUNS A TODOS OS CARGOS

Disciplina	Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
Matemática	**11**	0530	Anulação.	**DEFERIDO** Não é o caso de anulação e sim troca de gabarito para a letra ´**B**´. **TROCA DE GABARITO**

PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2013

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
35	0444 – 0112	Alegam que a questão tem duas opções a ser assinaladas.	**DEFERIDO** A questão está mal formulada falta dados quanto ao tipo de exame clínico e tipo de paciente, deixando margem para interpretações. **ANULADA**
36	0444 – 0112	Alegam que a alternativa apontada como correta no gabarito não confere com a resposta certa. Alegando ser a "D"a resposta correta.	**DEFERIDO** A questão está mal formulada falta dados quanto ao tipo de autoclave (gravitacional, de alto vácuo, ou outra), falta referencias quanto ao calor úmido ou seco/ vapor úmido ou seco deixando margem para interpretações. **ANULADA**

TÉCNICO EM RADIOLOGIA
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
Todas	0316	Solicita anulação da prova do Cargo de Técnico em Radiologia, sob a alegação de que na prova de conhecimentos específicos não constou nenhuma questão referente à área de Radiologia Odontológica.	**INDEFERIDO** À candidata não assiste razão, pois todas as questões presentes na prova estão de acordo com sugestão do Conteúdo Programático e o fato de alguns dos conteúdos sugeridos não terem sido cobrados na prova em nada influencia na avaliação dos conhecimentos dos candidatos. **QUESTÕES E PROVAS MANTIDAS**

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
31	0530	Que a alternativa "A" não está correta. Que há divergências de informações no enunciado da questão.	**DEFERIDO** A formulação do enunciado deveria solicitar para assinalar a incorreta. Restando a questão: **ANULADA**

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR
Questões comuns a todos os cargos

Disciplina	Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
Língua Portuguesa	**02**	0541	Anulação. Questão não apresenta alternativa correta.	**INDEFERIDO**. Antítese consiste em expressar uma ideia por meio de contraposições. Ao se marcar os contrastes, o conflito estabelecido é realçado. Nos versos do poema em questão, são compostos pelas oposições riso/pranto e pesar/contentamento com a finalidade de realçar que a fidelidade será possível em todos os momentos. HELOISA RAKAZAKI, Pg. 48 **QUESTÃO MANTIDA**
Língua Portuguesa	**08**	0422 – 0508	Anulação. 1. Que a alternativa "D" também deve ser considerada como correta ou que a questão deve ser anulada.	**INDEFERIDO** A questão solicita interpretação do trecho do texto "Famigerado". Texto da Literatura Brasileira de João Guimarães Rosa. O significado das palavras destacadas devem,

			2. Que tanto a Letra "A" quanto a "B" estariam incorretas, portanto há mais de uma alternativa a ser assinalada, solicita a anulação da questão	portanto relacionar-se ao texto em si. Que nesse caso a única incorreta é alternativa "B", pois "farrusca" significa espada enferrujada. "Es-não-es" significa discussão. Celha = sobrancelha. Lingua Portuguesa, HELOISA RAKAZAKI Pg. 25 **QUESTÃO MANTIDA**
Matemática	**12**	1975 – 0068	Anulação. Questão possui mais de uma alternativa a ser assinalada.	**INDEFERIDO** a alternativa "B" mostra os números naturais pares, portanto não se encaixa, pois subtende-se obviamente que são todos os números naturais, fosse diferente estaria especificado. **QUESTÃO MANTIDA**
Matemática	**15**	0541-0044-0626-1556-1470-1224-1410-1702-2108-0520-0166-0422-1702-1521-0508-0793-0314-1619-1257-1329-0368-1432-1715-1975-0541-	Solicitam troca de gabarito para letra "B"	**DEFERIDO** Assiste razão os candidatos, altere-se para letra "B". **ALTERADO PARA LETRA "B"**
Conhecimentos Gerais	**17**	0626 – 1619	Que a questão trata de assunto veiculado em data posterior ao Edital.	**INDEFERIDO** A questão trata de assunto referente a atualidades, conforme consta do conteúdo programático. Nada mais atual do que esse tema. A citação do anexo III do edital é bem clara: "alterações na legislação". O que não é o caso do tema de atualidade em questão. **QUESTÃO MANTIDA**
Conhecimentos Gerais	**19**	1224	Que a alternativa a ser assinalada é a "C" e não "A" como divulgado no Gabarito Preliminar.	**INDEFERIDO** De acordo com site oficial da SANTUR http://www.santur.sc.gov.br/destinos/costa-verde-e-mar.html, Luiz Alves Pertence a Costa Verde e Mar e Tijucas pertence a ao Vale Europeu. **QUESTÃO MANTIDA**
Conhecimentos Gerais	**20**	1224-0793-0626	1. Que a alternativa "C" também estaria incorreta e poderia ser assinalada, tendo em vista que quando utilizou a expressão "americanas" a banca não se ateve ao fato de que universidades canadenses também podem ser consideradas americanas, uma vez que o Canadá pertence à América. 2. Que existem divergências nas afirmações do enunciado. 3. Que a questão faz referência à notícia divulgada nos meios de comunicação em 02 de outubro, data posterior ao Edital.	**INDEFERIDO** A questão trata de assunto referente a atualidades, conforme consta do conteúdo programático citação do anexo III do edital é bem clara: "alterações na legislação". O que não é o caso do tema de atualidade em questão. Conforme site. A única incorreta é a alternativa "B". http://veja.abril.com.br **QUESTÃO MANTIDA.**
Informática Básica	**40**	0508	Solicita anulação da questão tendo em vista a falta de ponto e vírgula presentes nas demais alternativas.	**INDEFERIDO** Erro formal vencível, nada altera na capacidade de entendimento do candidato e na escolha da opção correta. Pois cada número corresponde a um conceito, já bem definido na figura. **QUESTÃO MANTIDA.**
Legislação	**22**	0793	Alega que supostamente seriam duas as afirmativas certas, o que a tornaria nula.	**INDEFERIDO.** O gabarito preliminar considerou a alternativa D como a correta, tendo em vista o texto retirado da Lei

				Orgânica de Navegantes e a formulação da questão não deixa dúvidas quanto à lógica de interpretar. Entretanto a alegação recursal pretende provar que o candidato é induzido à erro, ao querer imaginar que, no caso das Fundações Públicas e Autarquias, o prefeito não é competente para dar posse, coisa que seria exclusiva do dirigente superior daquela instituição. Não assiste razão ao candidato, eis que a afirmativa A é falsa, o mesmo se depreende das B e C. Já a alternativa D, é a única que está absolutamente correta, com transcrição praticamente ***Ipsis litteris*** do Estatuto citado, sem nenhuma outra forma de possibilidade. Logo, a posição da banca é pelo **INDEFERIMENTO** do recurso, sendo mantida a questão na sua formatação inicial. **QUESTÃO MANTIDA**
Legislação Professores	**23**	1484-1510	Que de Acordo com o Estatuto dos Servidores a alternativa correta seria a Letra "C" e não "A" como divulgado no Gabarito Preliminar.	**INDEFERIDO** Às candidatas não assistem razão, pois de acordo com o Estatuto dos Servidores, **Art. 35 -** Recondução é o retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado. § 1º - A recondução decorrerá de: a) inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo; b) reintegração do ocupante anterior § 2º - Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor público será aprovado em outro cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado, acrescido das vantagens atribuída em caráter permanente. **QUESTÃO MANTIDA**
Legislação	**24**	0508 – 0793	Alega de que o enunciado e as alternativas não mencionam o regime próprio de previdência social, juntando como base a LOM/Navegantes/SC no art. 23, que é crasso ao afirmar que "...a lei disporá sobre aposentadoria em cargos e empregos temporários". Alega que há mais de uma afirmativa falsa.	**INDEFERIDO** 1. Deu-se preliminarmente como acertada a resposta em letra C, que responde corretamente ao enunciado. Ora, a questão não deixa dúvidas quanto a sua correta interpretação, tendo o candidato que apontar a única afirmação falsa. Nem **todos os servidores de Navegantes serão aposentados pelo regime Geral da Previdência Social,** afinal <u>existe o regime próprio</u>, que contempla a imensa maioria dos servidores. Todas as demais alternativas são completamente verdadeiras e a simples afirmação de que os servidores serão aposentados pelo PGPS deve ser combatida veementemente. Logo, a Única Falsa, é a letra C! O próprio candidato, para justificar seu pedido de anulação da questão, junta o parágrafo da LOM/Navegantes/SC que diz***: § 1º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.*** Permanece a questão como preliminarmente divulgado em gabarito e o recurso fica **INDEFERIDO**. Sob a alegação de que não há explicação melhor no enunciado, embora concorde que a alternativa C seja a falsa, mas tenta incluir exigir que a alternativa modifique o que diz a LOM/Navegantes/SC, no caso das letras B e D. Finaliza alegando que em qualquer concurso, alternativa incompleta é

				considerada errada. Este, entretanto não é o caso, pois transcreve exatamente o que diz a LOM. Daí o motivo de não assistir razão tendo o candidato INDEFERIDO seu recurso e a questão mantida na forma já publicada. **QUESTÃO MANTIDA**

CARGO DE AUDITOR
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
34	1556	O candidato requer a alteração do gabarito para alternativa D.	**INDEFERIDO** Não lhe assiste razão. Na alternativa D diz-se que reverte à dotação a importância da despesa anulada quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício, mas, nesse caso, o art. 38 da Lei nº 4.320/64 dispõe que a importância será considerada receita do exercício em que se efetivar. A previsão de restos a pagar processados está no art. 36 c/c art. 37 e 63 da Lei 4.320/64. Ante o exposto, indefere-se o pedido e **mantém-se a questão e o gabarito provisório**. **QUESTÃO MANTIDA**
35	0520 – 0793	Os candidatos sustentam que duas alternativas podem ser consideradas respostas adequadas ao enunciado	**DEFERIDO** A alternativa A, indubitavelmente, está em desacordo com o disposto no art. 41, I da lei nº 4.320/64. Por outro lado, a alternativa B, na qual se afirmou que "*A abertura de créditos suplementares independe de superávit financeiro e excesso de arrecadação.*", a qual contraria o disposto no art. 43 da mesma lei: Art. 43. A abertura dos créditos suplementar*es e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.* (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964) Ante o exposto, **anula-se** a questão por possuir duas respostas possíveis. **QUESTÃO ANULADA**
39	0793 – 0520	O candidato sustenta que duas alternativas podem ser consideradas respostas adequadas ao enunciado. Aduz que além da alternativa C estaria também incorreta B. O candidato sustenta que não há resposta adequada ao enunciado.	**DEFERIDO** Não lhe assiste razão, conforme dispõe a lei nº 11.107/2005: A) Poderá adquirir personalidade jurídica de direito privado. Art. 1º. ... § 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. B) Será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções. Art. 3º O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções. C) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público. Art.10.

			Parágrafo único. Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos. D) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções. Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções. Por outro lado, verifica-se que nenhuma das alternativas está incorreta, não havendo resposta adequada ao enunciado. Ante o exposto, **anula-se** a questão por não possuir resposta adequada ao enunciado. **QUESTÃO ANULADA**

CARGO DE AUDITOR FISCAL
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
27	**1521 – 0508 – 1715**	Os candidatos sustentam que a alternativa D também está correta	**INDEFERIDO** Não lhe assiste razão. Na alternativa D, afirma-se que a anterioridade nonagesimal não se aplica ao IPTU. Contudo, por força do § 1º do art. 150 da CF, o princípio citado não se aplica apenas à base de cálculo desse imposto. É cediço, o valor do imposto se constitui pela aplicação da alíquota à base de cálculo. Portanto, a afirmação genérica de que a anterioridade nonagesimal não se aplica ao ITPU é uma inverdade, pois a definição e majoração de alíquotas, a instituição de novas hipóteses de incidência, etc atraem a incidência do princípio. A alternativa somente poderia ser considerada correta se indicasse expressamente a base de cálculo do ITPU, já que esta é apenas um aspecto do imposto. Ante o exposto, indefere-se o pedido e **mantém-se a questão e o gabarito provisório**. **QUESTÃO MANTIDA**
33	**1521**	O candidato sustenta que a alternativa B também está correta e portanto não haveria alternativa incorreta a ser marcada, pelo que se teria de anula a questão.	**INDEFERIDO** Não lhe assiste razão. Eis a questão: B) A validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelo contribuinte é condicionante para fins de cobrança do tributo. O Código Tributário Nacional estabelece que: Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada **abstraindo-se**: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos; II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos. **Grifamos** O termo "abstraindo-se" está colocado no sentido de excluir, afastar, abster, ou seja, independentemente da validade jurídica dos atos. Portanto, a validade jurídica dos atos não condiciona, não é pressuposto para a tributação. Nesse sentido, veja-se: PROCESSUAL CIVIL – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO – SÚMULA 211/STJ – TRIBUTÁRIO – IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS SUPORTADA POR DECISÃO JUDICIAL POSTERIORMENTE CASSADA – OPERAÇÃO ILÍCITA –

			EXIGIBILIDADE DE IPI – APLICAÇÃO DA PENA DE PERDIMENTO – CUMULAÇÃO – POSSIBILIDADE – EXEGESE DO ART. 118 DO CTN. 1. Inexistente a violação do art. 535 do CPC alegada pela Fazenda Nacional, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido. 2. Não foi cumprido o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, ainda que os embargos de declaração tenham sido acolhidos, para fins de prequestionamento. 3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está o juiz obrigado. Nesse sentido, confira-se: EDcl no REsp 463380, Rel. Min. José Delgado, DJ 13.6.2005. 4. **As operações ou atividades ilícitas são tributáveis, porquanto a definição legal do fato gerador é interpretada com abstração da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos (art. 118 do CTN)**. 5. Há incidência do IPI na importação ilícita, pois a pura ocorrência do fato imponível previsto em lei faz nascer a obrigação tributária. Recurso especial da Fazenda Nacional conhecido em parte e provido. Recurso especial do Ministério Público Federal provido. (STJ. REsp 1050408/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/05/2008, DJe 02/06/2008) **Grifamos** Ante o exposto, indefere-se o pedido e **mantém-se a questão e o gabarito provisório**. **QUESTÃO MANTIDA.**
34	**1521 – 0422 1329 - 1715 0541 – 1410**	Os candidatos 1521, 1715, 0422 e 1410 sustentam que a alternativa A está incorreta. O candidato 1329, que as alternativas A e B estão incorretas, e o candidato 0541 que a alternativa B está incorreta.	**DEFERIDO** Com razão os candidatos. Houve equívoco no enunciado da questão ao solicitar a indicação da alternativa incorreta. Na verdade se pretendia saber qual era alternativa correta e, aí sim, a única correta é alternativa D. Todavia no enunciado constou **incorreta**, e nesse caso tem-se três respostas possíveis (A, B, e C). Ante o exposto, **defere-se** o pedido e **anula-se** a questão. **QUESTÃO ANULADA**
35	**1715**	A candidata sustenta que a questão não possui resposta adequada porque a alternativa C estaria incorreta.	**INDEFERIDA** Não lhe assiste razão. A questão está posta em termos gerais, ou seja, se fosse possível exceções nesse sentido, seriam apenas exceções. Contudo, a implementação de isenção heterônoma é vedada expressamente pelo art. 151, III da CF: Art. 151. É vedado à União: ... III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. A regra do art. 156, §3º, II trata de hipótese de **não incidência** e não de hipótese de isenção:

			Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: .. III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) ... § 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002) ... II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) A Lei Complementar nº 116/2003 também trata da **não incidência**: Art. 2º O imposto não incide sobre: I – as exportações de serviços para o exterior do País; II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados; III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras. Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior. Ricardo Alexandre, aduz que: Muitas vezes a Constituição Federal dispõe que determinado tributo "não incidirá", caso em que se tem uma imunidade. Há vedação constitucional de incidência da norma impositiva. (*in* Curso de Direito Tributário. - 2ª ed. - Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2006, p. 159) Portanto há diferença significativa entre isenção e não incidência/imunidade, haja vista, que as primeiras podem ser instituídas e revogadas enquanto as outras não. Ante o exposto, indefere-se o pedido e **mantém-se a questão e o gabarito provisório**. **QUESTÃO MANTIDA**
38	**0541**	O candidato sustenta que as alternativas A e D está incorreta	INDEFERIDO Não assiste razão ao candidato. A hipótese da alternativa D configura situação que submete ao regime de estimativa, conforme se observa do disposto no Código Tributário do Município de Navegantes: Seção VII **Da Estimativa Fiscal** **Art. 266 -** Quando o volume ou modalidade da prestação de serviços aconselhar, autoridade fiscal poderá instituir sistema de cobrança de imposto em que a base imponível seja fixada **por estimativa** do preço dos serviços, nas seguintes hipóteses: I - Quando se tratar de estabelecimento de funcionamento provisório; II - Quando se tratar de prestadores de serviços de precária organização; **III - Quando o contribuinte não tiver condições de emitir os documentos fiscais e escriturar livros previstos na legislação tributária;** IV - Quando se tratar de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de operações imponha tratamento fiscal especial;

			V - Quando se tratar de atividade temporária ou de difícil confirmação do preço do serviço; **Grifamos** As hipóteses de arbitramento estão elencadas na lei da seguinte forma: Seção VI Do Arbitramento **Art. 265 -** O preço dos serviços poderá ser arbitrado na forma que o regulamento dispuser, sem prejuízo das penalidades cabíveis, nos seguintes casos: I - Quando o contribuinte, após regularmente intimado, deixar de prestar as informações e esclarecimentos solicitados ou deixar de exibir ao fisco os documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória; II - Quando houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços ou quando o declarado for notoriamente inferior ao corrente na praça; III - Quando o contribuinte não houver emitido a nota fiscal de prestação de serviços nas operações sujeitas ao imposto ou alegar perda, extravio ou inutilização dos documentos fiscais; IV - Quando o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Econômico Fiscal e efetuar operações sujeitas ao imposto; V - Quando o contribuinte houver comunicado oficialmente, através de processo regular o furto, extravio ou destruição em incêndios ou enchente, de suas notas fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços e for comprovada a falta de recolhimento do imposto. Ante o exposto, indefere-se o pedido e **mantém-se a questão e o gabarito provisório**. **QUESTÃO MANTIDA**

CARGO ODONTÓLOGO TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILOFACIAL
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
26	**0871**	A questão está incorreta pois Adenoma é um tumor benigno de origem glandular e não maligno como afirma a questão.	**DEFERIDO** Assiste razão o candidato. O Adenoma é um tipo de tumor não-cancerígeno ou benigno que possa afetar vários órgãos. É derivado do significado "do "adeno da palavra" que refere-se uma glândula". Anule-se a questão. **QUESTÃO ANULADA.**

CARGOS DE PROFESSORES
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Candidatos Recorrentes	Solicitação Alegações	Decisão
29	1257 – 0828	Anulação. Pelos diferentes conceitos de Anomia, Autonomia e Heteronomia, não é possível afirmar que a resposta correta seja letra C.	**INDEFERIDO** A questão é clara quando solicita qual a primeira etapa do desenvolvimento moral da criança . A qual é chamada de heteronomia. Esta Começa por volta dos três ou quatro anos e vai até oito anos em média. Nessa fase, a criança legitima as regras porque provêm de pessoas com prestígio e força: os pais (ou quem desempenha esse papel). Tal assunto insere-se no conteúdo programático previsto no edital em "Noções de ética e cidadania.", bem como "relação desenvolvimento e aprendizagem". Tema referente ainda ao desenvolvimento moral e socialização, extraído do PCNs (Brasil, MEC, 2000, v.8 p. 84-85) , também solicitado no conteúdo. **QUESTÃO MANTIDA**

2. O Gabarito Oficial segue divulgado no anexo I.

Divulgue-se e Publique-se

Taió, 29 de outubro de 2013

Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria n.° 2947/2013

ELIZENE C. C. SALVADOR
Presidente do IOBV

PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2013

ANEXO I

Divulga o Gabarito Oficial do Concurso Público Edital 01/2013

Alfabetizado

Agente de Serviços Gerais: Educação – Obras – Saúde
Motorista de Caminhão

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	C	B	D	A	C	D	B	A	D	C	A	D	C	C	B	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**															
A	C	B	D	A															

Ensino Médio

Agente Comunitário de Saúde ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	C	B	D	A	A	B	D	C	B	A	C	A	D	B	A	C	D	A

Auxiliar Consultório Dentário ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	C	B	D	A	A	C	B	A	D	B	D	C	X	X	A	B	D	A

Monitor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	B	A	C	D	A	B	C	B	X	D	A	B	D	C	A	D	C	A

Motorista Socorrista SAMU

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	C	B	A	D	A	C	B	A	D	C	B	B	C	A	D	A	D	A

Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	C	B	D	A	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	A

Técnico em Radiologia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	C	B	A	C	D	B	D	B	A	D	C	B	C	A	B	A	D	A

Técnico em Saúde Bucal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	D	C	B	C	B	A	B	D	C	A	D	C	B	A
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	C	B	D	A	A	C	A	D	A	B	B	C	D	B	A	C	D	A

Ensino Superior

Auditor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	D	A	C	B	D	B	A	C	C	B	B	C	A	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
A	D	D	C	D	C	D	B	B	A	B	C	D	C	X	D	B	A	X	A

Auditor Fiscal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	D	A	C	B	D	B	A	C	C	B	B	C	A	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
A	D	D	C	B	C	B	D	A	A	C	B	B	X	C	D	B	A	C	A

Médico: Cardiologista – Cirurgião Geral – Cirurgião Vascular – Clínico Geral (10h/20h) – ESF – Dermatologista – Endocrinologista – Gastroenterologista – Ginecologista – Oftalmologista – Ortopedista – Pediatra – Psiquiatra (20h/40h) – Reumatologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	D	A	C	B	D	B	A	C	C	B	B	C	A	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
A	D	D	C	A	A	B	C	D	B	B	C	A	D	B	B	D	C	A	D

Odontólogo: Endodontista – de Pacientes com Necessidades Especiais – Traumatologista BucomaxiloFacial

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	D	A	C	B	D	B	A	C	C	B	B	C	A	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
A	D	D	C	B	X	A	D	C	C	D	B	B	A	D	C	D	A	B	A

Professor: Anos Iniciais – Educação Infantil – Séries Finais Artes – Ciências – Ensino Religioso – Geografia – Matemática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	D	A	C	B	D	B	A	C	C	B	**B**	C	A	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	D	A	C	B	A	D	B	C	D	A	C	B	A	D	C	D	B	A	D

Terapeuta Ocupacional

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	D	A	C	B	D	B	A	C	C	B	**B**	C	A	D	C	B
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
A	D	D	C	B	D	B	A	C	C	A	D	B	A	D	C	D	B	B	A